

CNU**CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA**

Caderno de questões - Tipo I
Conhecimentos Básicos para os cargos de Analista Judiciário - exceto para as áreas: administrativa, judiciária e análise de sistemas

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo/área/especialidade a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e no seu caderno de textos definitivos da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva (uma questão e uma dissertação), acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo/área/especialidade a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos da prova discursiva para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

CONCURSO PÚBLICO**NÍVEL SUPERIOR****TURNO: MANHÃ****OBSERVAÇÕES**

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
 www.cespe.unb.br
 sac@cespe.unb.br

cespeUnB
 Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

PROVA OBJETIVA P₁

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Julgue o item a seguir, relacionado ao sistema operacional Windows 7.

- 1 Por meio do Windows 7 é possível disponibilizar para acesso remoto todo o conteúdo do Windows Media Player 12 armazenado em um computador, desde que esse computador esteja conectado à mesma rede local, com ou sem fio.

Acerca do ambiente Microsoft Office 2010, julgue o próximo item.

- 2 No Word 2010, por meio do recurso de compartilhamento de documento, diferentes usuários podem editar um mesmo documento, ao mesmo tempo, mantendo a sincronia das alterações efetuadas.

Julgue o item seguinte, a respeito de Internet e *intranet*.

- 3 O SafeSearch é um recurso configurável do Google para impedir que sejam listados, como resultado da pesquisa, *links* de sítios suspeitos.

A respeito da organização de arquivos e pastas, julgue o item subsequente.

- 4 A compactação de arquivos nem sempre apresenta resultados expressivos, embora normalmente resulte em otimização do espaço de armazenamento de arquivos.

A China tem investido US\$ 250 bilhões por ano no que economistas chamam de capital humano. Assim como os Estados Unidos da América (EUA) ajudaram a construir uma classe média no final dos anos 40 e início dos anos 50 do século passado, usando um programa para educar veteranos da segunda guerra mundial, o governo chinês emprega recursos para educar milhões de jovens que se mudam das áreas rurais para as cidades. O objetivo disso é transformar o sistema atual, em que uma elite minúscula, altamente educada, supervisiona vastos exércitos de trabalhadores rurais e de operários de fábricas pouco qualificados.

O Globo, 18/1/2013, p. 30 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, e considerando a crescente importância da China no cenário global contemporâneo, julgue os itens de 5 a 8.

- 5 A experiência chinesa de modernização econômica acompanha, em larga medida, situações vividas por muitos outros países no mundo contemporâneo, em que a industrialização provoca a urbanização da sociedade, o que explica o esforço empreendido pelo país para qualificar, via educação, os milhões de jovens trabalhadores egressos do campo.
- 6 Em sua arrancada para promover o desenvolvimento econômico, a China demonstra ter compreendido uma das exigências centrais da atual economia globalizada, qual seja, o domínio do conhecimento como condição essencial para bem situar-se em um cenário econômico altamente competitivo e impulsionado por incessantes inovações tecnológicas.

- 7 A aposta chinesa na universalização educacional denota outro aspecto marcante da transformação econômica vivida por esse país asiático na atualidade: a abertura da economia, incluindo a presença significativa de capitais privados externos, se faz acompanhar da indispensável abertura política, mediante a identificação de seu regime de governo com os padrões ocidentais de democracia.

- 8 Com peso cada vez maior no mercado global, a China, por ser detentora de enorme população — que produz e consome — e de todos os recursos naturais de que necessita para sustentar seu desenvolvimento, tem sido constantemente acusada de protecionismo, buscando exportar e praticamente nada importar.

Com relação à ética no serviço público, julgue os itens a seguir.

- 9 O servidor público que, ao constatar falta ética de seu colega de trabalho, deixe de representar contra a referida pessoa não deverá ser apenado, pois a delação no serviço público tem caráter discricionário.

- 10 Se um servidor for desviado de função por sua chefia imediata, em virtude de necessidade particular do trabalho, ele deverá cumprir suas novas atribuições, pois é seu dever ético.

- 11 Quando as decisões morais são baseadas nos padrões de equidade, justiça e imparcialidade, a ética pode diferenciar substantivamente as pessoas em relação às suas características particulares, mediante a explicitação clara de regras de conduta.

- 12 No intuito de solucionar o problema de um cidadão, o servidor público pode criar mecanismos para evitar a morosidade da burocracia organizacional, inclusive desconsiderando, caso seja necessário, as regras hierárquicas que possam impedir a fluidez do trabalho.

No que concerne ao Plenário do Conselho Nacional da Justiça (CNJ), julgue o item a seguir com base no Regimento Interno desse conselho.

- 13 O quórum para que o Plenário do CNJ se reúna validamente é de nove conselheiros ou três quintos de seus integrantes.

Com relação às disposições regimentais aplicáveis ao conselheiro relator no âmbito do CNJ, julgue os itens subsequentes.

- 14 A colheita de provas indispensáveis à instrução processual é competência privativa do conselheiro relator, não sendo, portanto, suscetível de delegação.

- 15 Compete ao conselheiro relator determinar o arquivamento liminar do processo em que for deduzida pretensão manifestamente improcedente.

- 16 O conselheiro relator pode, a qualquer momento, propor conciliação às partes envolvidas em procedimento de controle administrativo.

Acerca dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens que se seguem.

- 17 A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e concessão de asilo político.
- 18 É fundamento da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Em relação à CF e aos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos brasileiros, julgue os itens seguintes.

- 19 Serão considerados equivalentes às emendas constitucionais os tratados internacionais sobre direitos humanos referendados em ambas as Casas do Congresso Nacional em dois turnos de votação e por um terço dos respectivos membros.
- 20 Será concedido *habeas corpus* àquele que sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.

Acerca das competências da União, julgue o item a seguir.

- 21 Compete privativamente à União legislar sobre transporte, energia, propaganda comercial e registros públicos.

Acerca do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, regido pela Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens subsecutivos.

- 22 O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível, salvo nos casos de calamidade pública ou guerra externa.
- 23 São penalidades disciplinares a advertência, a suspensão e a destituição de cargo em comissão.
- 24 Em caso de afastamento ou impedimento legal do servidor titular superior a quinze dias consecutivos, o servidor substituto terá direito a retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de natureza especial, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.

Em relação ao processo administrativo no âmbito da administração pública federal, regido pela Lei n.º 9.784/1999, julgue o item abaixo.

- 25 É defeso à administração recusar imotivadamente o recebimento de documentos. Nesse caso, o servidor deverá orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

LÍNGUA PORTUGUESA

1 A discriminação, como um componente indissociável
do relacionamento entre os seres humanos, reveste-se
inegavelmente de uma roupagem competitiva. Afinal,
4 discriminar nada mais é do que tentar reduzir as perspectivas
de uns em benefício de outros. Quanto mais intensa a
discriminação e mais poderosos os mecanismos inerciais que
7 impedem o seu combate, mais ampla é a clivagem entre
discriminador e discriminado. Dessa lógica resulta,
inevitavelmente, que aos esforços de uns em prol da
10 concretização da igualdade se contraponham os interesses de
outros na manutenção do *status quo*. É crucial, pois, que as
ações afirmativas, mecanismo jurídico concebido com vistas a
13 quebrar essa dinâmica perversa, sofram o influxo dessas forças
contrapostas e atraíam considerável resistência, sobretudo da
parte dos que historicamente se beneficiaram da exclusão dos
16 grupos socialmente fragilizados.

Ao Estado cabe, assim, a opção entre duas posturas
distintas: manter-se firme na posição de neutralidade e permitir
19 a total subjugação dos grupos sociais desprovidos de voz, de
força política e de meios de fazer valerem os seus direitos; ou,
ao contrário, atuar ativamente para mitigar as desigualdades
22 sociais, cujo público-alvo é precisamente as minorias raciais,
étnicas, sexuais e nacionais.

Joaquim Barbosa B. Gomes. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. In: AJUFE (Org.). Seminário internacional: as minorias e o direito. 1.ª ed. 2003, p. 91-2 (com adaptações).

Com relação às ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os próximos itens.

- 26 De acordo com o autor do texto, a imparcialidade do Estado em relação à discriminação de grupos minoritários é condição essencial para a redução das desigualdades sociais.
- 27 Sem prejuízo para a coerência e a correção gramatical, os dois primeiros períodos do texto poderiam ser condensados no seguinte período: A discriminação, elemento indissociável do relacionamento entre seres humanos, reveste-se inegavelmente de uma roupagem competitiva, porquanto corresponde a uma tentativa de se reduzirem as perspectivas de uns em benefício de outros.
- 28 Sem prejuízo das ideias do texto, as palavras “clivagem” (l.7) e “influxo” (l.13) poderiam ser substituídas, respectivamente, por **rivalidade** e **ataque**.
- 29 A expressão “essa dinâmica perversa” (l.13) está empregada em referência à “lógica” (l.8) que se revela no trecho “Quanto mais intensa a discriminação e mais poderosos os mecanismos inerciais que impedem o seu combate, mais ampla é a clivagem entre discriminador e discriminado” (l.5-8).

1 Um dos maiores méritos da sabedoria grega consistiu,
justamente, em apresentar a moderação, ou bom senso, como
a virtude suprema. No frontispício do templo de Apolo, em
4 Delfos, uma das inscrições célebres era: nada em excesso.
Aquele que exerce seu direito sem moderação acaba por
perdê-lo. Do mesmo modo, a exigência excessiva por um mal
7 sofrido transforma o exercício do direito em uma manifestação
de vingança pura e simples. Nesse caso, a justiça muda de lado:
ela se desloca para o lado do adversário. De acordo com a
10 tradição da *jurisprudencia* romana, a advertência de Cícero
manifesta exatamente esse sentido. Com frequência, disse ele,
há ocasiões em que os atos que nos parecem os mais dignos de
13 um homem justo transmudam-se no seu contrário. É o caso, por
exemplo, do dever de respeitar a promessa feita, ou de cumprir
o contratado. Se a prática do ato devido prejudica o devedor,
16 sem nenhum proveito para o credor, o não cumprimento da
palavra dada é plenamente justificado, pois a justiça nos obriga
a dar sempre preferência ao bem sobre o mal.

19 Tudo isso, na verdade, decorre do fato de que a
virtude da justiça tende sempre a alcançar certo estado de
equilíbrio, longe de todo excesso. Não por outra razão a deusa
22 Tétis foi representada, no imaginário grego, portando uma
balança. A realização da justiça pressupõe, necessariamente,
um constante sopeso de valores.

Fábio Konder Comparato. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*.
São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 528-9 (com adaptações).

Considerando as ideias e os aspectos linguísticos do texto acima,
julgue os itens seguintes.

30 Pelos sentidos do texto, infere-se que a expressão “todo
excesso” (l.21) é empregada para caracterizar qualquer forma
imoderada de agir.

31 O trecho “apresentar a moderação, ou bom senso, como a
virtude suprema” (l.2-3) poderia ser corretamente reescrito,
sem prejuízo do sentido do texto, da seguinte forma: apresentar
a moderação, ou seja, o bom senso, como a virtude suprema;
assim como o segmento “dever de respeitar a promessa feita,
ou de cumprir o contratado” (l.14-15) poderia ser corretamente
reescrito da seguinte maneira: dever de respeitar a promessa
feita, isto é, de cumprir o contratado.

32 O termo “devido” (l.15) está empregado, no texto, com o
sentido de **merecido, justo**.

1 Como afirma Foucault, a verdade jurídica é uma
relação construída a partir de um paradigma de poder social
que manipula o instrumental legal, de um poder-saber que
4 estrutura discursos de dominação. Assim, não basta proteger
o cidadão do poder com o simples contraditório processual e
a ampla defesa, abstratamente assegurados na Constituição.
7 Deve haver um tratamento crítico e uma posição política sobre
o discurso jurídico, com a possibilidade de revelar possíveis
contradições e complexidades das tábuas de valor que orientam
10 o direito.

Ora, o conceito de justiça é o de um discurso
construído dentro de uma instância de poder, e construído
13 dentro de uma processualidade. Segundo Lyotard, não existe
um discurso *a priori* correto ou verídico, mas narrativas
entrecruzantes em busca de verdades parciais, históricas. O
16 discurso sobre a justiça não pode ser diferente. Ele há de ser
plurissignificativo, embasado em valores diversificados,
mutáveis, conhecidos retoricamente, e não no fechamento
19 kantiano, platônico e cartesiano dos sentidos prévios,
imutáveis, unissignificativos do que seja o justo.

Somente o processo isocrítico e com estruturação em
22 um paradigma democrático-constitucional de fiscalização
constante das premissas discursivas pode levar a um processo
justo e a um direito justo em algum sentido.

25 Dessa forma, justiça é a busca da processualidade para
que os agentes participes do processo e, *latu sensu*, toda a
sociedade possam participar e controlar a institucionalização
28 do justo.

Newton de Oliveira Lima. *Um valor discursivo e político*. In: *Revista
Jus Vigilantibus*. Internet: <<http://jusvi.com>> (com adaptações).

Com relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto acima,
julgue os itens que se seguem.

33 A mesma regra de acentuação gráfica, justifica o emprego de
acento gráfico nas palavras “construída” e “possíveis”.

34 As orações “que manipula o instrumental legal” (l.3) e “que
estrutura discursos de dominação” (l.3-4) têm sentido
restritivo, isto é, especificam os termos a que se referem —
“poder social” (l.2) e “poder-saber” (l.3), respectivamente.

35 Infere-se da leitura do texto que o contraditório e a ampla
defesa protegem o cidadão de forma simples e prática.

36 Segundo o autor do texto, para que haja justiça, é necessário o
controle sistemático dos processos judiciais pelos agentes
públicos.

Ofício GC/EAS n.º 265

Brasília, 15 de janeiro de 2013.

À Senhora

Fulana de Tal

Secretária de Gestão de Pessoas

Setor de Autarquias Sul

70000-000 — Brasília, DF

Assunto: **Certificados de especialização**

Senhora Secretária,

Em resposta ao Ofício n.º 005/2012/SGP, de 30/11/2012, encaminhamos os Certificados de Especialização em Direito Público, bem como a relação dos servidores dessa Instituição que se matricularam no referido curso, mas não o concluíram.

Atenciosamente,



José Sicrano

Gerente de Capacitação

Escola de Aperfeiçoamento de Servidores

Para que o ofício hipotético acima esteja de acordo com os padrões estabelecidos no **Manual de Redação da Presidência da República**,

37 o nome do órgão em que trabalha a pessoa que subscreve o documento deve ser retirado do espaço destinado à identificação do signatário, permanecendo, nesse espaço, apenas o nome e o cargo de quem assina o expediente.

38 a identificação do tipo e do número do expediente deve ser alterada para: Ofício n.º 265/2013/GC-EAS.

Nos itens seguintes, são apresentadas propostas de trechos de correspondências oficiais. Julgue-os quanto à correção gramatical e à adequação às normas de redação oficial.

39 Dadas a funcionalidade, a relevância e as características gerais do *software* de registro de ocorrências via Web, manifestamos o interesse desta instituição em implementá-lo.

40 No que pertine aos problemas tratados na reunião hora em comento, informamos que as providências necessárias já foram tomadas.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Acerca dos aspectos estruturais e organizacionais da administração pública, julgue os itens a seguir.

41 Empreender, para o governo, significa mobilizar competências individuais e organizacionais para provocar inovações e mudanças tecnológicas nos sistemas informatizados nos modelos de gestão exceto nas políticas públicas.

42 A busca pela eficiência, eficácia e efetividade é um exemplo de como as gestões pública e privada convergem em termos de filosofia de gestão e prestação de serviços na atualidade.

43 Um dos exemplos de motivadores das transformações dos modelos organizacionais e de gestão pública foi a crise da eficiência do Estado brasileiro, nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX.

44 Os princípios da organização racional do trabalho foram decisivos para a incorporação dos aspectos humanos e sociais nos formatos organizacionais da administração pública moderna.

45 A mudança cultural nas organizações públicas é um processo contínuo e paulatino, pois há aspectos objetivos e subjetivos da cultura que sofrem transformações e demandam tempo para sedimentação nas mentes das pessoas e nas práticas sociais.

Em relação a gestão de organizações e de serviços públicos, julgue os itens subsequentes.

46 Mapeamento, redesenho e registro de processos organizacionais mais inteligentes e modernos têm sido a base para a implantação de novas tecnologias de informação e comunicação nas organizações públicas.

47 O estabelecimento de metas organizacionais nas diversas organizações do Estado brasileiro tem feito que novas formas de remuneração de servidores públicos surjam como alternativas gerenciais.

48 A mensuração da qualidade do serviço público deve incorporar a noção de mudança e melhoria na condição da sociedade para que se configure a prestação do serviço de fato.

49 Serviços públicos devem ser gerenciados e ofertados conforme o princípio da coprodução, segundo o qual os cidadãos se envolvem e participam da construção de excelência e qualidade desses serviços.

50 O nível estratégico da gestão de projetos revela o modo como a maturidade organizacional é monitorada pelos dirigentes.